

A Companhia de Jesus e o concílio de Trento: aspectos pedagógicos da contra-reforma

Fernanda Santos¹

Resumo:

O propósito do concílio tridentino, no século XVI, foi reafirmar as doutrinas tradicionais e reorganizar o domínio católico contra o avanço do protestantismo. Nesse contexto histórico surgiu a Companhia de Jesus, tendo grande destaque na Contra-Reforma. Este artigo pretende mostrar como projeto missionário e educativo jesuítico assumiu grande relevância entre os séculos XV e XVII, a partir da expansão de uma rede educativa religiosa. A Companhia desenvolveu também uma consciência nova em relação ao valor da educação. Assim, o objetivo principal deste artigo é mostrar a importância do colégio jesuíta como uma instituição global e abrangente, atentando na formação moral, espiritual e religiosa do estudante, a partir das decisões do concílio tridentino. Partindo do estudo da *Ratio Studiorum*, e dos planos de ensino propostos, procura-se analisar as principais modificações trazidas pela Contra-Reforma. O colégio foi o lugar escolhido para se ensinar formas concretas de moldagem de comportamentos que permitiram a aquisição de todo um acúmulo de saberes.

Palavras-chave: Contra-Reforma, Companhia de Jesus, colégio.

¹ Doutoranda em História, na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Bolsista da Fundação para a Ciência e a Tecnologia de Portugal. Endereço de email: fercri77@gmail.com.

The society of jesus and the council of trent: pedagogical aspects of the counter-reformation

A compañía de jesús y el concilio de trento: aspectos pedagógicos de la contrarreforma

Abstract

The purpose of the tridentine council, in the sixteenth century, was to reaffirm the traditional doctrines and reorganize the catholic dominance against the advance of protestantism. In this historical context, the Society of Jesus emerged, with great emphasis in the Counter-Reformation. This article aims to show how missionary and educational jesuit project took great relevance between the fifteenth and seventeenth centuries, from the expansion of a religious educational network. The Company has also developed a new awareness about the value of education. Thus, the main objective of this paper is to show the importance of the jesuit college as a comprehensive global institution, observing the moral, spiritual and religious background of the student, from the decisions of the tridentine council. Based on the study of the *Ratio Studiorum*, and the proposed plans of education, we try to analyze the main changes introduced by the Counter-Reformation. The college was the chosen place to teach concrete ways of shaping behaviors that enabled the acquisition of a whole accumulation of knowledge.

Keywords: Counter-Reformation, Society of Jesus, college.

Resumen

El propósito del Concilio Tridentino, en el siglo XVI, fue reafirmar las doctrinas tradicionales y reorganizar la predominancia católica contra el avance del protestantismo. En este contexto histórico surgió la Compañía de Jesús, que se destacó en la Contrarreforma. Este artículo tiene como finalidad mostrar cómo el proyecto misionero y educativo jesuita tuvo gran relevancia entre los siglos XV y XVII, a partir de la expansión de una red de educación religiosa. La Compañía también desarrolló una nueva conciencia sobre el valor de la educación. Así, el objetivo principal de este trabajo es mostrar la importancia del colegio jesuita como una institución global e integral, observando la formación moral, espiritual y religiosa del alumno, a partir de las decisiones del Concilio Tridentino. Con base en el estudio de la *Ratio Studiorum*, y de los planes de educación propuestos, se trata de analizar los principales cambios introducidos por la Contrarreforma. El colegio fue elegido para enseñar formas concretas de la conformación de las conductas que permitieron la adquisición de toda una acumulación de saberes.

Palabras clave: Contrarreforma, Compañía de Jesús, Colegio.

Introdução

O concílio de Trento ocupou uma posição de relevo, não só pela época em que ocorreu, como pela importância das transformações sociopolíticas, institucionais e culturais que o motivaram. Na história do cristianismo e da sua continuidade ocidental representada pela Igreja católica, os concílios se ecumênicos marcaram com especial intensidade as relações com as sociedades em que se inseriam.

Dois concílios marcaram significativamente a história ocidental. O mais recente foi o concílio Vaticano II (1962-1965), de grande impacto em termos de comunicação social pela marca de abertura e diálogo que suscitou e pelas transformações que promoveu; o outro foi o concílio de Trento, realizado no século XVI, que ficou famoso por ter impulsionado a chamada Contra-Reforma católica, em reação à reforma protestante. Este último, em contrapartida, tem sido objeto de múltiplas leituras, que são, por vezes, controversas. O protestantismo, simbolizado no gesto de Lutero que enunciou por escrito e afixou, a 31 de outubro do ano de 1517 na porta da catedral de Wittenberg, as 95 teses de crítica e condenação relativamente à situação da Igreja naquele tempo, agudizou o sentimento de necessidade de reforma que, dentro da própria Igreja católica, muitos homens e mulheres de fé já reclamavam, perante o afrouxamento da exigência de vida cristã nas sociedades do tempo do Renascimento.

O concílio de Trento teve, no horizonte histórico e cultural, os mais diversos pontos de vista, nomeadamente, as reformas eclesiásticas e pastorais, as espiritualidades e vivências cristãs, bem como o reflexo na cultura e na atividade missionária. Despertando na Igreja a necessidade de mobilizar-se para os novos desafios da evangelização universal, suscitados pelas viagens marítimas promovidas pelos reinos ibéricos de Portugal e Espanha, a Igreja precisava urgentemente responder ao desafio do protestantismo e às suas críticas com uma urgente renovação. Precisava regressar às fontes da fé e fomentar uma vida cristã profunda e coerente, mais consentânea com os ditames do Evangelho, revendo e reafirmando doutrinas fundamentais. Nesse sentido, o concílio promoveu uma formação mais sólida do clero através de seminários diocesanos e

de currículos mais exigentes e profundos, reviu, reforçou e refundou a missão dos bispos à frente das Igrejas locais e às dioceses. Estabeleceu orientações para dignificar a missão episcopal na Igreja, combatendo o absentismo e entendendo a função dos bispos menos como lugar de promoção e prestígio social ou cargo honorífico e mais como exercício de um ministério comprometido.

No contexto histórico, o desenrolar da Reforma protestante e sua expansão na Europa levaram a uma tentativa de fortalecer as bases do Cristianismo romano nos reinos que haviam resistido às investidas do protestantismo, como França, Espanha, Portugal, Itália. Conforme nos refere o historiador José Eduardo Franco (2006, p. 155), a Companhia de Jesus procurou levar o mais longe possível o seu esforço utópico de universalização do cristianismo, num ambiente de militância proselitista, impulsionada pela Contra-Reforma, consagrada no concílio de Trento (1543-1563). As instituições fundadas pela Companhia estavam comprometidas com um ideário religioso cujo objetivo primacial era ganhar uma nova consciência dentro da Igreja católica. Os jesuítas intuíram que o ensino seria a longo prazo, segundo o autor “um dos instrumentos mais adequados e eficazes para realizarem a sua missão de resaturar a alma da Igreja Católica e de conquistar novas almas para o redil cristão” (FRANCO, 2006, p. 155).

Os historiadores foram unânimes em afirmar que as discussões acerca da proveniência histórica dos modelos educativos atuais quase sempre se ancoram entre os séculos XVI e XVIII. Aqui se deram grande parte das mutações estruturais da escolarização, como o abandono da concepção medieval de ensino, com todas as suas implicações na estrutura curricular e na organização escolar. Ramos do Ó (2003, p. 165-167) afirmou que a educação global foi, em grande medida, associada a esses estabelecimentos de ensino e, a Companhia de Jesus imprimiu aos colégios uma dinâmica nova, aprofundando técnicas pedagógicas e institucionalizando novas modalidades no ensino.

Os séculos XV e XVI assinalaram uma revolução científico-tecnológica que em muito se deveu à expansão territorial, às novas descobertas científicas, ao povoamento e colonização de outras terras. Os colégios, no século XVI, apareceram associados à fundação das universidades,

dependendo delas, mas ao mesmo tempo diferenciando-se destas. As universidades de origem medieval, que continuavam sendo as mais importantes em quase todos os lugares, mantiveram, em tese, as suas instituições antigas e serviram de modelos para as novas fundações. A tipologia e a terminologia das instituições tornaram-se mais complexas, fazendo com que a uniformidade aparente da *universitas* medieval perdesse decididamente o passo para a diversidade das práticas locais (CHARLE, VERGER, 1995, p. 41).

Não escapa ainda a esta discussão o perfil missionário da Companhia de Jesus, que levou a que a sua pedagogia conhecesse uma expansão a nível mundial, tornando-se unificada por um ideário comum, e por uma obra que orientou toda a metodologia de ensino dos Jesuítas: a *Ratio Studiorum*. De fato, a Companhia apresentou-se, no campo pedagógico, como possuidora de uma consciência que nunca até aí se impusera com tanta convicção: a da importância social da escolarização. O ideal jesuítico era congregar as crianças em suas escolas, orientando o seu ensino para modelá-las dentro do pensamento religioso cristão e filosófico que os orientava (CARVALHO, 1986, p. 329).

De acordo com Margarida Miranda (2009, p. 23-24), os colégios jesuítas desfrutaram de sucesso em muitas localidades. A gratuidade do ensino foi, ainda, outro fator de sucesso. Messina, Goa, Gandia e Coimbra contavam-se entre as primeiras experiências escolares com que os Jesuítas pretendiam formar os seus próprios membros, mas desde logo abriram as suas portas a estudantes externos. Os colégios ofereciam às cidades mão-de-obra gratuita, recorrendo à ajuda de benfeitores, que muitas vezes eram os próprios bispos ou outras autoridades eclesiásticas, também elas interessadas em alargar o quadro escolar insuficiente. Fosse por iniciativa da Companhia, fosse para atender às necessidades e ao apelo das diversas cidades, em cerca de trinta anos a Ordem criava duas centenas de colégios.

A Companhia desenvolveu também uma consciência nova em relação ao valor da educação. Partindo de uma análise da política católica de Contra-Reforma e do estudo dos planos de ensino da *Ratio Studiorum*. Este artigo

procura mostrar a importância do colégio jesuíta como uma instituição global e abrangente, atentando na formação moral, espiritual e religiosa do estudante, a partir das decisões do concílio. Estudos como o de João Adolfo Hansen, que relaciona a *Ratio Studiorum* com as mudanças políticas ibéricas do século XVII, permitem repensar as propostas educativas dos Jesuítas à luz da Contra-Reforma e do concílio tridentino. A *Ratio* apontava diretamente para a ortodoxia, tão proclamada e exigida pelo concílio, seguindo com a máxima fidelidade a tradição canônica e os textos sagrados autorizados. Também a autoridade eclesiástica será redimensionada, orientando para o dogma da igreja e a rigidez de princípios. A influência do concílio de Trento, bem como de todo o movimento de Contra-Reforma, na filosofia educacional dos jesuítas foi observada pelos historiadores Toledo e Ruckstadter (2003, p. 143).

O propósito do concílio tridentino, no século XVI, foi reafirmar as doutrinas tradicionais e reorganizar o predomínio católico contra o avanço do protestantismo. Nesse contexto, o projeto missionário e educativo jesuítico assumiu grande relevância, a partir da expansão de uma rede educativa religiosa.

Colégios Jesuítas e Política Católica da Contra-Reforma

Alguns traços que caracterizaram a Companhia de Jesus foram sistematizados na *Ratio Studiorum* de 1599. Essa foi uma obra que mostrou a orientação do ensino jesuítico para os séculos seguintes, valendo como um instrumento educativo que acumulava a experiência dos Jesuítas ao longo de quase cinquenta anos. A *Ratio*, aplicada ao ensino, asseguraria a unidade de pensamento e de ação. No espírito da Contra-Reforma, combatendo como inimigos os calvinistas, os luteranos, e os que considerassem heréticos. O Geral da Companhia, Claudio Acquaviva, reuniu uma comissão de seis padres, em dezembro de 1584, de diversos países e com experiência no ensino. Estes deveriam estabelecer uma fórmula na instrução que uniformizasse a doutrina em questões especulativas e prescrevesse o modo de tratar as Letras, as Artes e a Teologia na prática (WRIGHT, 2006, p. 58).

Na situação contra-reformista, os conhecimentos transmitidos pela *Ratio Studiorum* e pelo ensino dos Jesuítas visavam à intervenção nas questões do presente. A obra apontava ainda para características e virtudes cristãs, como a humildade, a modéstia, a simplicidade. O objetivo primordial foi sempre o da ortodoxia, seguindo-se com a máxima fidelidade a tradição canônica e os textos sagrados autorizados pela Igreja a partir do concílio de Trento, com a finalidade de combater as heresias e converter os gentios. As normas didáticas do ensino subordinavam-se às normas disciplinares, que pressupunham a obediência à autoridade, redimensionada a partir do concílio. De caráter de formação estritamente católico, a *Ratio* orientava os educandos de forma que não se questionasse a Igreja, considerando-a como verdade absoluta, contendo rígidas regras organizativas.

Martinho Lutero prescreveu que o fiel devia colocar-se em contato com Deus por meio da leitura solitária da Bíblia, sem mediadores do clero, dos ritos e cerimônias visíveis na Igreja. Em relação à instrução, a Reforma tinha como base o ensino das línguas – nacionais e antigas –, pois somente o conhecimento das mesmas permitiria o acesso popular às Sagradas Escrituras. As escolas deveriam ser organizadas pelos seguintes preceitos: línguas, obras literárias, ciências, artes, jurisprudência e medicina, nas quais os conceitos de estudo e trabalho atuariam de forma conjunta. O intuito de Martinho Lutero, todavia, não foi o de exercer uma influência pedagógica. Para Lutero, a Reforma deveria proporcionar à Igreja o reconhecimento da distinção de poder eclesiástico e secular (Estados e Monarquias), no qual essa trabalharia em prol do povo para os direitos divinos dos homens e do poder secular, fazendo, dessa forma uma organização social e política justa. A Reforma acabou por influenciar, de forma religiosa, cultural, econômica e política, a sociedade do seu tempo (TOLEDO, RUCKSTADTER, 2003, p. 143). Contra a tradição luterana, o concílio confirmou a tradição da Igreja, tradição essa de ritos, palavras, orações, cujo magistério é o de poder instruir as almas, poder santificá-las, e o governo delas, ou seja, o poder de dirigi-las.

A redefinição da Igreja – como comunidade de fé, magistério e autoridade – ampliou as comunidades dos fiéis, determinando que ela incluísse todas as populações

gentias da terra, onde as novas Ordens fundadas para combater a heresia, como a Companhia de Jesus, deveriam exercer o ministério da Igreja.

Desse modo, a Igreja católica apostou na defesa da transmissão oral das duas fontes da Revelação, a tradição e as Escrituras, recuperando técnicas gregas, latinas e escolásticas do discurso, como o sermão, o diálogo, a controvérsia, a disputa, no ensino e na propaganda da fé. Assim, apenas teólogos autorizados pelas duas fontes da Revelação poderiam ler e interpretar o Antigo e o Novo Testamento. A tradição autorizada era repetida na *lectio* dos professores dos cursos de Letras, Artes e Teologia regulados pela *Ratio Studiorum*. A edição de um *Index*, em 1558, censurou livros, de forma a perpetuar esta mesma ortodoxia (HANSEN, 2001, p. 24-26).

O espírito reformista encarnado pela Companhia de Jesus representou, nas palavras de Eduardo Lourenço, uma “revolução inaciana” que se caracterizou pelo pragmatismo missionário de carácter proselitista, em que os meios justificavam os fins transcendentes. Nessa ótica, para os Jesuítas os projetos e a vontade humana estavam sintonizados com a vontade divina, que tudo unificava (LOURENÇO, 1992, p. 47).

Ratio studiorum e pedagogia inaciana: planos de ensino

Inácio de Loyola expôs – na parte IV das “Constituições” que redigiu, intitulada “Como instruir nas letras e em outros meios de ajudar o próximo os que permanecem na Companhia” – que “a Ordem deveria fundar Colégios e também algumas Universidades, onde os que deram boa conta de si nas Casas e foram recebidos sem os conhecimentos doutrinários necessários se possam instruir neles e nos outros meios de ajudar as almas” (LOYOLA, 2004, p. 115). A intenção inicial era a de que esses colégios fossem destinados apenas aos candidatos a membros da Companhia, todavia, ao longo das diversas revisões das Constituições, alterou-se a entrada nos colégios, de modo a permitir que alguns leigos pudessem ser admitidos.

A orientação pedagógica da Companhia de Jesus indicava as disciplinas que deveriam ser estudadas, os livros

que deveriam ser lidos e a condução do estudo. Com base nessa doutrina, e depois de adquirida a prática suficiente do ensino, redigiu-se um texto normativo, para uso geral, pacientemente discutido em todos os pormenores até se considerar definitivo. Todo o ensino das disciplinas tinha como base a *Ratio Studiorum*, programa e regulamento pedagógico de toda a Companhia de Jesus. Segundo Francisco Rodrigues, os processos de pedagogia da Companhia foram essencialmente os mesmos nos colégios de Coimbra, Lisboa e Évora e de outras cidades (RODRIGUES, 1931, p. 436).

A *Ratio Studiorum* foi um documento que demonstrou como a hierarquia e a disciplina eram fatores indispensáveis para a Companhia de Jesus. Este documento também se dedicou a categorizar as atribuições dos colégios, regendo formas de avaliação e procedimentos diversos, porém, não se referindo como um tratado pedagógico com teorias e metodologias de ensino. Nomeou desde as responsabilidades de cada função exercida dentro dos estabelecimentos de ensino jesuítico a conteúdos a serem ministrados. A instrução deveria ser dada em ambiente rigoroso e coerente, sob severa disciplina, instrução que, contudo, poderia ser adaptada para a sua melhor aplicação nas regiões missionárias.

O documento foi uma das grandes contribuições dos Jesuítas no primeiro e no segundo séculos de existência da Ordem. A *Ratio* funcionou como um manual de administração, de funções, de procedimentos, sem a pretensão de ser um tratado pedagógico, uma vez que os Jesuítas tinham assimilado, na sua própria formação, os princípios pedagógicos provenientes da experiência, da visão e dos escritos do fundador da Companhia de Jesus, Inácio de Loyola, os "Exercícios Espirituais" (KLEIN, 2009, p. 15). Ainda assim, foi um instrumento que marcou tanto a instrução quanto a pedagogia moderna, resultado de um longo, cuidadoso e amplo trabalho de planejamento da expansão jesuítica, tanto na Europa quanto nos novos mundos recém-ocupados e colonizados pelos europeus no início do século XVI.

A esse respeito, o objetivo repetidamente enunciado, ao longo da *Ratio*, é o de conhecer e amar o Criador e Redentor, incorporando o princípio e o fundamento da

espiritualidade inaciana. Além de ocupar a primeira das regras, para o Provincial, a espiritualidade inaciana é também evocada nas regras para o Reitor, para o Prefeito de Estudos, para todos os professores das classes superiores e para o Prefeito dos Estudos Inferiores. No entanto, a formação do cristão não dispensava os mestres jesuítas do conhecimento e do ensino das artes liberais (CÓDIGO PEDAGÓGICO DOS JESUÍTAS, 2009, p. 58).

O plano de estudos seguido nas escolas da Companhia de Jesus constava de três cursos: Curso de Letras, Curso de Filosofia ou Artes e Curso de Teologia. Nos colégios jesuítas praticava-se uma escolaridade que poderia ir, no mesmo colégio, desde o ensino das primeiras letras até ao de disciplinas de nível universitário. O Curso de Letras era o mais elementar de todos, dividido em três partes, que correspondiam às designações de Gramática, Humanidades e Retórica. A finalidade pretendida era a aquisição de uma expressão oral e escrita correta, mas na língua latina. Na sua origem, o nome de Humanidades foi dado pelos Jesuítas aos estudos intermediários entre os de Gramática e os de Retórica. A organização escolar que se fixou no século XVI foi a mesma para colégios seculares ou jesuítas e mais tarde de outras congregações, definindo cinco cursos de Humanidades: três de Gramática, um de Humanidades e um de Retórica.

Todo o ensino dos Jesuítas assentou no estudo do Latim, a base comum do currículo de estudos. A unidade do ensino era reforçada pelo fato de cada classe ser anual, ter o seu próprio professor, livros escolares e métodos de ensino comuns, como a comunicação oral professor-aluno, bem como os apontamentos na aula serem escritos em latim. A questão pedagógica fundamental era tornar o aluno capaz de expressar-se, oralmente e por escrito, na língua latina. Se quiséssemos percorrer a história do ensino das Humanidades, esta remonta ao ensino das artes liberais. O modelo proposto remonta ao século IV a.C. e foi fixado por Isócrates, em Atenas, herdado dos romanos. A literatura latina, os autores romanos e os exercícios de composição em latim constituem o seu eixo. A partir do latim aprendia-se a língua mãe e também o grego. O grego, que conheceu uma extensão variável segundo as épocas, foi considerado um ensino de luxo, mas os textos

gregos, quando explicados, eram também fundamentais neste ensino (CHERVEL, COMPÈRE, 1999, p. 149-150).

Os estudos de Gramática estavam ordenados segundo três graus sucessivos, de dificuldade crescente, constituindo três classes denominadas Inferior (*Infima classis grammaticae*), Média (*Media classis grammaticae*) e Superior (*Suprema classis grammaticae*). Cada classe, que era anual, tinha seu professor próprio, com aulas diárias de tarde. Na classe Inferior, estudavam-se as declinações e os gêneros; na Média, as conjugações; na Superior, a sintaxe. O autor cuja construção latina considerava-se normativa era Cícero. Em cada um dos graus sucessivos do estudo da Gramática se ia aprendendo o Grego: na classe Inferior, os princípios da língua; na Média, composições acessíveis de Ovídio e de algum autor mais fácil; e na Superior, textos de S. João Crisóstomo e de Esopo. Os dois autores da pedagogia humanista, Erasmo e Vives, propuseram cada um deles uma lista de autores canônicos. No domínio do latim, Erasmo recomendava aos iniciantes as comédias de Terêncio e de Plauto, as cartas familiares de Cícero; ainda, segundo esta ordem, Virgílio, Horácio, Cícero, César e Salústio. As escolhas de Vives eram semelhantes, recomendando ainda Apúlio e Sidónio Apolinário (COMPÈRE, 1976, p. 75). Um estudante normal levaria, em média, cinco a seis anos a percorrer o plano de estudos humanísticos, mas como a *Ratio* permitia alguma flexibilidade nas promoções, alguns alunos poderiam completar os estudos de Humanidades em menos de cinco anos e outros poderiam precisar de mais alguns meses, ou de mais um ano. Aos estudantes jesuítas, salvo raras exceções, a *Ratio* exigia que completassem rigorosamente um biênio de Retórica, antes de avançarem para a Filosofia; e aos externos, o Reitor tinha o dever de motivar também para aquele estudo, durante, pelo menos, um ano. A classe de Retórica estava, aliás, no topo do ensino das Humanidades. Toda a estrutura curricular era dedicada ao ensino da palavra e da eloquência. Os estudantes ocupavam-se da arte oratória, teórica e prática (MIRANDA, 2009, p. 29-30).

A gramática adotada nas escolas da Companhia de Jesus era a *De Institutione Grammatica Libri Tres*, do jesuíta Manuel Álvares, impressa em Portugal pela primeira vez em 1572. Manuel Álvares, mestre de línguas latina, grega e

hebraica, primeiro professor de Gramática no Colégio de Santo Antão de Lisboa, foi uma figura cimeira da pedagogia jesuítica. Ao Curso de Letras seguia-se o Curso de Filosofia, ou Artes. O primeiro constituía preparação indispensável para o segundo, e era comprovado por um exame de Latinidade. Aqui eram estudadas as matérias de Dialética, a Lógica, a Física e a Metafísica. Na área da Filosofia, a universalidade dos Jesuítas alcançou um sucesso ímpar, constituindo as suas obras modelos orientadores das doutrinas filosóficas que defendiam. As obras produzidas pelos jesuítas portugueses eram utilizadas em muitas universidades europeias durante os séculos XVI, XVII e XVIII (CARVALHO, 1986, p. 343). O curso de Filosofia durava, em média, três anos e abrangia o estudo da Matemática e das Ciências Naturais. O principal autor a ser estudado era Aristóteles, fundamental em todo o curso.

O Curso de Teologia constituía o mais elevado escalão da preparação alcançada nos colégios da Companhia de Jesus. Nele se estudavam Teologia Escolástica, a Sagrada Escritura, Hebreu e Casuística. O curso completo de Teologia correspondia a quatro anos e o seu programa assentava na estrutura da “Suma Teológica”, de São Tomás de Aquino, repartida exatamente em quatro partes.

Qualquer que fosse o curso a seguir, o programa de estudos da *Ratio* combinava os estudos das Humanidades com os estudos científicos. O objetivo era formar homens que soubessem pensar e escrever, numa aprendizagem que perpassasse a Literatura, a História, a Geografia e as Artes, mas também com um profundo conhecimento de Matemática, Astronomia, Geografia e as restantes Ciências Naturais.

A *Ratio Studiorum* regulamentou a ocupação do espaço e do tempo: a separação por secções, os frequentes exercícios escritos, os distintos níveis de conteúdo, os prêmios, as recompensas. O objetivo era o aluno manter-se ocupado e ativo. A aprendizagem tomou a forma de um contínuo, dividindo os alunos de cada classe em campos opostos, num sistema de competição. Todo este processo competitivo e de emulação foi reforçado com debates e exames públicos, aos quais assistiam as autoridades locais e as famílias dos colegiais (VARELA, 1983, p. 134). As aulas ocupavam seis dias por semana, a *Ratio* previa horários para as lições de cada classe, de cada

disciplina, de cada exercício e também para o estudo pessoal, deixando em aberto a adequação aos costumes locais. Recomendava-se um dia de pausa semanal, em que não houvesse aulas, à exceção das classes de Retórica, Humanidades e Gramática, que tinham aulas só da parte da manhã. Sábados, Domingos e dias festivos não significavam, necessariamente, uma paragem nas aulas, pois esses dias tinham um horário próprio, preenchido por disputas ou por repetições, discursos, declamações de poesias e até mesmo preleções, subordinadas a temas mais do agrado dos discípulos.

Assinale-se também que o modelo educativo preconizado pelos colégios jesuítas implicava um novo estatuto do professor, indicando-o como alguém que detivesse não só autoridade moral, mas também uma posse de conhecimentos que pressupunha as chaves de uma correta interpretação da infância, assim como do programa que os colegiais tinham de seguir para adquirir os comportamentos e os princípios que correspondessem à sua condição e idade. As ordens religiosas dedicadas à instrução da juventude preocuparam-se, desde muito cedo, em proporcionar aos religiosos que se ocuparam de tal função educativa uma formação especial. No caso concreto dos Jesuítas, a obra de Jouvency, *De Ratione Discendi et Docendi* (1900) informou qual deveria ser a imagem do professor e do discípulo. O papel exemplar e interventivo do professor foi assunto sobre o qual o autor insistiu, no século XVII, mostrando que este não só seria modelo de conduta moral e religiosa, para o aluno, mas de igual modo deveria modificar os textos dos autores estudados nas aulas, incluindo os pagãos e os profanos, de modo a que estes fossem panegíricos de Cristo.

Os colégios foram os lugares escolhidos para se ensinar formas concretas de transmissão de conhecimentos e de moldagem de comportamentos que – mediante ajustes, transformações e modificações ao longo de pelo menos dois séculos – permitiram a aquisição de todo um acúmulo de saberes. Só assim se compreendeu a aparição da pedagogia e de seus especialistas (VARELA, 1983, p. 134).

A partir do século XVI nasciam os corpos profissionais que se especializaram na educação, podendo tomar

a forma de corporações ou congregações religiosas. Na história da educação, esta é a primeira vez que se reconhece a necessidade de preparar os professores para a sua atividade, uma vez que os autores da *Ratio* entenderam que a preparação cuidadosa dos mestres, começando pelas suas próprias qualificações e assegurando as suas disposições e compromisso pessoal, era fundamental na boa aplicação da *Ratio* e na qualidade do ensino ministrado.

Seguindo as teorias pedagógicas de Erasmo, Vives e outros humanistas, os Jesuítas substituíram os métodos drásticos de intimidação por intervenções individualizadoras (DURKHEIM, 1995). O castigo físico tendeu cada vez mais a ser substituído por uma direção espiritual atenta, uma organização cuidada do espaço e do tempo, uma séria programação dos conteúdos e uma aplicação dos métodos de ensino que procuraram manter os alunos dentro dos limites corretos que os estimulassem ao estudo e à conversão num ideal de católico perfeito (RAMOS DO Ó, 2003, p. 166). O segundo plano trabalhou com o conceito-chave de classe que o colégio concebeu. Desse modo, o colégio procurou abarcar um maior número de alunos, e todo o projeto moderno assentou nessa ideia de inclusão de um maior afluxo de pessoas. Os alunos passaram a ser uma massa homogênea para ser ensinada, o que designaríamos como classe ou turma, todavia com especificidades, como a faixa etária ou o nível de conhecimentos individual. O agrupamento em classes sucessivas obrigou a graduar programas, a encadeá-los pelo nível de complexidade, a seccionar o tempo escolar e a subdividir o espaço.

A partir dos conceitos das obras de Jouvency, que se debruçaram no conhecimento das faculdades e nas condições dos colegiais, referindo à eficácia de uma ação educativa que se adaptasse às características de cada um, a *Ratio* procurou responder à necessidade de os Jesuítas conseguirem construir bons católicos, fiéis à Igreja de Roma. No caso de Jouvency, a ênfase foi dada ao trato contínuo com o aluno, às suas qualidades pessoais. Esse cuidado, aparentemente desinteressado, moldava as almas e as direcionava para a fé cristã (VARELA, 1983, p. 156-157).

A pedagogia jesuítica adotou o método dos colégios parisienses, o *modus parisiensis*. O *modus parisiensis* diferenciou-se pelo fato de ensinar gramática sólida, graduar classes e cursos, implementar exercícios nas classes e procurar individualizar o aluno. Inácio de Loyola inspirou-se no *modus parisiensis*, preferindo-o ao *modus italicus* de ensinar. As características desse método de ensino tinham a ver com o que era praticado na Universidade de Paris, onde os colégios estavam agregados à Universidade. A disciplina predominava, o currículo estava rigorosamente determinado. Com efeito, os Jesuítas mantiveram na sua organização escolar um plano de progressão através da gradual complexidade das matérias (GOMES, 1996, p. 85).

O *modus parisiensis* surgiu, efetivamente, da necessidade de os colégios de Paris articularem-se com as Universidades a que estavam anexados, através de suas práticas e normas pedagógicas. O ensino baseava-se num programa de leituras, complementado por um vasto leque de tarefas, das repetições às disputas (*exercitia* ou *exercitationes*), por meio das quais os estudantes exibiam os seus conhecimentos e o domínio das matérias. Novamente os alunos apareciam agrupados por classes, de acordo com um plano de progressão em níveis sucessivos de complexidade, em função da idade e dos conhecimentos. Os exames determinavam quem passava para os níveis seguintes (COMPÈRE, 1976, p. 24). O *modus parisiensis* esteve, assim, na origem da pedagogia jesuítica, sendo uma das suas principais fontes de inspiração. A escolha do método não foi aleatória. A primeira geração de jesuítas tinha passado por Alcalá e Paris e tinha tido ocasião de se familiarizar de perto com as principais universidades italianas, onde alguns deles tinham estudado e até ensinado: Pádua, Bolonha, Roma. Com um leque de possibilidades à escolha, o *modus parisiensis* era o método que se apresentava com maior rigor e eficácia. Não foi apenas Loyola quem escolheu o método, mas toda uma geração de jesuítas, contemporânea ao fundador, destacando-se Jerônimo Nadal, responsável pela sua aplicação pela Companhia de Jesus (MIR, 1968, p. 261-262).

Os Jesuítas imprimiram uma nova dinâmica à pedagogia do *modus parisiensis*, fazendo dele uma realidade internacional, tornando os princípios e as práticas co-

dificadas em Paris mais elásticos, mais complexos, mantendo em sua organização escolar um plano de progressão através da gradual complexidade das matérias. Ainda aprofundaram técnicas pedagógicas, tornando o professor um decifrador dos conteúdos desenvolvidos (RAMOS DO Ó, p. 167).

Considerações finais

Na altura da promulgação das decisões do concílio de Trento, as ideias protestantes já haviam espalhado-se por toda a Europa Ocidental e Setentrional. O propósito do concílio tridentino foi reafirmar as doutrinas tradicionais e reorganizar o predomínio católico. Foi nesse contexto histórico que surgiu a Companhia de Jesus, tendo grande destaque na Reforma católica, em parte devido à sua estrutura relativamente livre (sem os requerimentos da vida na comunidade nem do ofício sagrado), o que lhes permitiu certa flexibilidade de ação. O empenho e o vigor apostólico dos padres jesuítas desde logo de destacou, assumindo o seu projeto missionário e educativo grande destaque entre os séculos XV e XVII.

As análises aqui apresentadas nos mostram que a criação da Companhia de Jesus personificou, por um lado, a Reforma católica, e por outro lado, a cultura renascentista, assentando o seu ensino no estudo das humanidades e das ciências. A ação dos Jesuítas foi marcada pela ousadia no contato com outros povos e outras culturas, especialmente de regiões longínquas, expressando o modelo de homem renascentista idealizado pela cultura humanista que os missionários jesuítas encarnaram.

No ritmo das viagens de exploração marítima e comercial, a Companhia de Jesus teve uma vivência religiosa assente nos compromissos derivados da profissão dos votos e da prática da sua espiritualidade, tornando eficiente o seu escopo de transformação do mundo. Este foi o ideal que lançou um grupo cada vez mais numeroso de homens na reeducação da cristandade europeia e na conversão dos povos que ignoravam a doutrina de Cristo.

A expansão de uma rede educativa religiosa como aquela que os Jesuítas foram capazes de criar suscitou tenta-

tivas concorrenciais de criação de redes paralelas por outras organizações religiosas e não só, mas desenvolveu também uma consciência nova em relação ao valor da educação e do poder que lhe era associado para atrair recursos materiais, apoios políticos e sociais e para exercer influência no plano de controle das consciências.

Os colégios jesuítas distinguiam-se ainda daqueles que circundavam a universidade de Paris pela aposta que era feita nos conteúdos programáticos de direção espiritual. A gestão de ensino passou a ser integrada, incluindo os aspectos intelectual, religioso e moral, marcados pelo rigor próprio dos regulamentos, os tempos de descanso, relaxamento, recreio e diversão. Com efeito, a preocupação principal da instrução dos Jesuítas era estimular os alunos à aprendizagem, promovendo a interiorização plena dos conteúdos programáticos.

O que os planos de ensino da *Ratio Studiorum* mostraram-nos é que a Companhia de Jesus procurou montar e testar um dispositivo capaz de responder positivamente aos requisitos da formação moral dos jovens. Este dispositivo esteve na base do sucesso do projeto educativo dos Inacianos, e conferiu-lhes o monopólio das instituições educativas ao longo de quase três séculos. A percepção que hoje temos da escola e do espaço educativo em muito bebeu nesses modelos educativos quincentistas, instigados pela Contra-Reforma. Aspectos como o nivelamento e a hierarquização de conteúdos, a progressão educativa, a diferenciação por idades, a classe homogeneizada, mas ao mesmo tempo a atenção individualizada a cada aluno remonta ao início da atividade da Companhia de Jesus, quando se dá um movimento de proliferação de colégios, para o qual contribuiu, em grande medida, a sua ação religiosa e educativa.

Bibliografia

CARVALHO, Rómulo de. **História do Ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

CHARLE Christophe; VERGER, Jacques. **História das Universidades**. Tradução Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 1995.

CHERVEL, André; COMPÈRE, Marie-Madeleine. As Humanidades no Ensino. **Educação e Pesquisa**. São Paulo: Universidade de São Paulo. Vol. 25, n.º 2, 1999, p. 149-170.

CÓDIGO PEDAGÓGICO DOS JESUÍTAS, *Ratio Studiorum* da Companhia de Jesus. Introdução, versão portuguesa e notas de Margarida Miranda. Lisboa: Esfera do Caos, 2009.

COMPÈRE, Marie-Madeleine. **Du Collège au Lycée**(1500-1850). Paris : Éditions Gallimard/Julliard, 1976.

DURKHEIM, Émile. **A Evolução Pedagógica**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

FRANCO, José Eduardo Franco. **O Mito dos Jesuítas**: em Portugal, no Brasil e no Oriente (Séculos XVI a XX), Das Origens ao Marquês de Pombal. Lisboa: Gradiva. Vol. 1, 2006.

GOMES, Manuel Pereira, S.J. **Sto. Inácio e a Fundação de Colégios**. Porto: Gracos, 1996.

HANSEN, João Adolfo. *Ratio Studiorum* e Política Católica Ibérica no Século XVII. In: Diana Gonçalves Vidal; Maria Lúcia Spedo Hilsdorf (Orgs.). **Tópicos em História da Educação**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

JOUVENCY, J. **De la Maniere d'Apprendre et d'Enseigner (De Ratione Discendi et Docendi)**. Paris: Hachette, 1900.

KLEIN, Luís Fernando, S.J. Prefácio. In: **CÓDIGO PEDAGÓGICO DOS JESUÍTAS**: *Ratio Studiorum* da Companhia de Jesus. Lisboa: Esfera do Caos, 2009.

LOURENÇO, Eduardo. Portugal e os Jesuítas. Revista **Oceano**. Lisboa. N.º 12, 1992.

LOYOLA, Inácio de. **Constituições da Companhia de Jesus e Normas Complementares**. Tradução Joaquim Mendes Abranches. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MIR, Gabriel Codina. **Aux Sources de la Pédagogie des Jésuites**, Le Modus Parisiensis. Roma, *Institutum Historicum Societatis Jesu*, 1968.

MIRANDA, Margarida. *Ratio Studiorum*: uma nova hierarquia de saberes. In: **CÓDIGO PEDAGÓGICO DOS JESUÍTAS**: *Ratio Studiorum* da Companhia de Jesus. Lisboa: Esfera do Caos, 2009, p. 17-37.

RAMOS DO Ó, Jorge. **O Governo de Si Mesmo**: Modernidade Pedagógica e Encenações Disciplinares do Aluno Liceal (Último Quartel do Século XIX – Meados do Século XX). Lisboa: EDUCA, 2003.

RODRIGUES, Francisco, s.j. **História da Companhia de Jesus na Assistência a Portugal**. Porto: Apostolado da Imprensa, 1931.

TOLEDO, César de Alencar Arnaut de; RUCKSTADTER, Flávio Massami Martins. *A Filosofia Educacional dos Jesuítas nas Car-*

tas do Pe. José de Anchieta. **Acta Scientiarum**. Maringá. Vol. 25, n.º 2, 2003, p. 257-265.

VARELA, Julia. **Modos de Educacion en la España de la Contrarreforma**. Madrid: Las Ediciones de La Piqueta, 1983.

WRIGHT, Jonathan. **Os Jesuítas: as Missões, Mitos e Histórias**. Rio de Janeiro: Editora Relume, 2006.

Recebido em: 30/10/2013

Aceito em: 10/04/2014

Publicado em: 30/04/2014